

PLACAS INFORMATIVAS DE ADVERTÊNCIA COM O CÃO BRAVO: AVISO DE INSEGURANÇA

WARNING SIGNS WITH AGGRESSIVE DOG: INSECURITY WARNING

Carlos Alberto Turati¹

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Resumo: O objetivo deste estudo foi evidenciar um discurso sobre o cão de guarda no Brasil e compreender como esse discurso constitui a identificação do sujeito com uma ou outra raça, determinando preferências e relações. Para tanto, selecionamos como *corpus* de análise um conjunto de enunciados que se tipificam como gênero discursivo placa de advertência e que tematizam a presença de cão bravo no local ou propriedade em que a placa seja fixada. Amparados nos conceitos de condições de produção discursiva e de interdiscurso, para recuperarmos elementos de formação do processo discursivo analisado, buscamos em dados historiográficos alguns registros que simbolizam a relação com o cão de guarda na cultura clássica e na história brasileira. Após isso, analisamos efeitos de sentido produzidos em placas de advertência com o cão bravo, observando as condições de produção enunciativo-discursiva, elementos de gênero discursivo, efeitos de memória, relações parafrásticas e interdiscursivas. Como resultados da análise, identificamos que as placas de advertência não somente materializam um discurso sobre o cão de guarda no Brasil, mas também a relação com uma rede discursiva que diz sobre a violência e a insegurança como consequência da falência do estado de segurança. O discurso sobre o cão de guarda converge com o discurso armamentista da sociedade civil, de modo que em parte se compreende a preferência, na atualidade, pelas raças de cães potencialmente mais perigosas.

Palavras-chave: Discurso; Cão de guarda; Placa de advertência cão bravo; Estado de insegurança.

Abstract: The aim of this study was to highlight a discourse about the guard dog in Brazil and understand how this discourse constitutes the subject's identification with one or another breed, determining preferences and relationships. For this purpose, we selected as a corpus of analysis a set of enunciations that are typified as a warning sign discursive genre and that thematize the presence of a aggressive dog in the place or property where the sign is fixed. Supported by the concepts of conditions of discursive production and interdiscourse, in order to recover the formation elements of the analyzed discursive process, we searched in historiographic data for records that symbolize the relationship with the guard dog in classical culture and Brazilian history. After that, we analyzed the meaning effects produced in warning signs with the aggressive dog, observing the enunciative-discursive production conditions, discursive genre elements, memory effects, paraphrastic and interdiscursive relations. As a result of the analysis, we identified that the warning signs not only materialize a discourse about the guard dog in Brazil, but also the relationship with a discursive network that talks about violence and insecurity as a consequence of the failure of the security state. The discourse about the guard dog converges with the armaments discourse of civil society. In this way, the current preference for potentially more dangerous dog breeds is partially understood.

Key-words: Discourse; Guard dog; Aggressive dog warning sign; State of insecurity.

Submetido em 10 de fevereiro de 2023.

¹ Mestre e doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); professor adjunto da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: carlos.turati@uems.br

Aprovado em 15 de fevereiro de 2023.

Introdução

A utilização do cão na função de guarda de território remonta à domesticação do *canis lupus* e ao surgimento das diversas raças de cães domésticos, processo este desenvolvido por longos tempos de seleção artificial nos mais diversos contextos geográficos e culturais. Assim como o desenvolvimento de raças diversas, a relação do ser humano com o cão e a preferência por determinada raça também foram e ainda são condicionadas diversamente em diferentes contextos. O mesmo ocorre especificamente em relação ao cão de guarda.

Observadas essa relação e essa preferência pelo viés dos condicionamentos socioculturais, é possível compreender um processo discursivo que, de modo geral, ao mesmo tempo reproduz e transforma historicamente tal relação e o prestígio de determinada raça. Assim, mais especificamente, no que se diz sobre o cão de guarda no contexto brasileiro, é possível delinear um discurso que remonta à antiguidade clássica e cujos efeitos de sentido, bem como suas transformações e derivas em seu percurso histórico, reverberam na atualidade.

As materialidades enunciativas desse discurso, bem como os espaços de comunicação que ocupa também são variados, assim, para efeito de delimitação, selecionamos como *corpus* um conjunto de imagens de placas informativas com advertência sobre a presença de cão de guarda. Essa escolha, é preciso dizer, se impôs antes mesmo que nos ativéssemos sobre o discurso que ora analisamos. De fato, vale esclarecer que tais registros enunciativos que compõem o *corpus* dessa análise ou outros enunciados semelhantes foram objetos de trabalho em uma aula de análise textual, cujo objetivo era compreender as ações retóricas realizadas em sequências textuais injuntivas. Assim, utilizando imagens de placas informativas como material de aula, observamos inicialmente uma regularidade na representação do cão de guarda que suspeitamos materializar uma ideologia. Foi desse fato que se nos apresentou o discurso sobre o cão de guarda e nosso interesse pela sua análise.

Isso posto, uma vez que a raça do cão se destaca como elemento relevante para quem enuncia ter um cão de guarda, como pode ser observado no *corpus* analisado, o objetivo deste artigo foi evidenciar um discurso sobre o cão de guarda no Brasil e compreender como esse discurso constitui a identificação do sujeito com uma ou outra

raça, determinando preferências e relações. No desenvolvimento da análise dos efeitos de sentido produzidos em placas de advertência sobre cão bravo, foi possível observar contradições, memórias, paráfrases e metáforas que colocam o discurso sobre o cão de guarda em relação com o exterior que o constitui, sendo condicionado por outros discursos que dizem sobre a conjuntura política e social brasileira da atualidade. Como resultados da análise, identificamos que as placas de advertência não somente materializam um discurso sobre o cão de guarda no Brasil, mas o colocam em relação com uma rede discursiva que diz sobre a violência e a insegurança como consequência da falência do estado de segurança. O discurso sobre o cão de guarda converge com o discurso armamentista da sociedade civil, de modo que em parte se compreende a preferência, na contemporaneidade, pelas raças de cães potencialmente mais perigosas.

No que segue, apresentamos os princípios teóricos e metodológicos a partir dos quais desenvolvemos a análise enunciativo-discursiva e descrevemos os procedimentos utilizados para a composição do *corpus* analisado. Na sequência, fazemos breves apontamentos sobre a relação com o cão na cultura clássica e identificamos nessa cultura algumas características que seriam apreciadas no cão guarda. Na seção seguinte, observamos a partir de registros historiográficos alguns elementos que caracterizam a relação com o cão de guarda no Brasil e a preferência por determinadas raças. Por fim, analisamos efeitos de sentido produzidos em placas de advertência com o cão bravo, observando as condições de produção enunciativo-discursiva, elementos de gênero discursivo, efeitos de memória, relações parafrásticas e interdiscursivas.

1. Princípios teórico-metodológicos e *corpus*

Para desenvolver o estudo proposto, tomamos por base teórica princípios gerais elaborados no quadro da análise do discurso a partir de Pêcheux (1988, 2006, 2011) e da filosofia da linguagem a partir de Bakhtin (2003). De tal modo, reconhecendo o discurso como efeito de sentido entre interlocutores e que as palavras significam conforme as construções em que se combinam, conforme as formações discursivas em que se realizam, segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (PÊCHEUX, 1988), procuramos analisar, nos enunciados das placas de advertência selecionadas como *corpus*, os gestos interpretativos possibilitados pelos objetos simbólicos, isto é, explicitar os processos de significação que relacionam sujeito e sentido (ORLANDI, 2013). Em consonância, para sustentar a compreensão dos gestos interpretativos, buscou-se descrever e reconstituir as condições de produção discursiva,

tanto pela análise do contexto imediato de enunciação quanto das condições de formação do processo discursivo, o contexto socio-histórico e ideológico mais amplo (ORLANDI, 2013).

Assim, buscamos em dados historiográficos alguns elementos culturais que simbolizam a relação do ser humano com o cão de guarda e que por efeito do interdiscurso produzem sentidos nos enunciados analisados. Além disso, também nos amparamos no conceito de gêneros do discurso para compreendermos determinados elementos composicionais, temáticos e estilísticos que produzem efeitos de sentido a partir de processos parafrásticos e polissêmicos.

Dado que “não há um discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2013, p. 62), selecionamos especificamente os enunciados que compõem o *corpus* de análise segundo três critérios: a) o gênero discursivo; b) a facilidade que a publicização na internet possibilita para a identificação de material linguageiro, isto é, enunciações reais materializadas entre interlocutores; c) o espaço de comunicação em que se determinam as posições enunciativas ocupadas pelos sujeitos.

Quanto ao primeiro critério, é preciso dizer que tal escolha se deu em função de que a partir de leituras de placas informativas de advertência com outros objetivos, iniciamos, ainda que sumariamente, a de-superficialização do material textual e pudemos perceber o objeto discursivo que ora analisamos. Assim, tomamos por objeto de análise enunciados que se realizam como um gênero discursivo específico, o informe público de advertência que se realiza no espaço de intersecção entre o privado e o público, entre o particular e o social. Mais especificamente, recortamos ainda um tema singular desse gênero, o informe de advertência sobre cão de guarda bravo.

Quanto ao segundo critério, além de dispendioso, um trabalho de campo para registrar em fachadas as placas em uso pouco ou nada mudaria os resultados da análise segundo os objetivos estabelecidos. Apesar do enunciado de advertência também ser encontrado em cartazes artesanais ou mesmo diretamente escrito em muros, fachadas e portões, na atualidade, a placa de advertência sobre cão de guarda é produzida por empresas de comunicação visual e, além de ser encontrada em lojas virtuais de utilidades, é também comercializada diretamente pelas empresas que a produzem, com ampla divulgação de anúncios pela internet.

Quanto ao terceiro critério, determinado em parte pelo segundo, optamos por selecionar um espaço de comunicação específico, a página de anúncios do site Mercado

Livre. De fato, se usarmos o motor de busca do Google com o sintagma ‘placa de cão bravo’, aparecem mais de nove milhões de resultados. Se alterarmos para a especificação imagens, os resultados também parecem ser infinitos. Dentre esses resultados, além de anúncios de placas produzidas por empresas profissionais, aparecem imagens de fachadas com enunciados variados quanto a suporte, composição, estilo e tematização que por sua vez configuram circunstâncias enunciativas muito variadas. Tal fato discursivo é merecedor de análise, mas foge aos objetivos aqui estabelecidos e pode ser objeto de trabalhos futuros. Assim, optamos por circunscrever as circunstâncias enunciativas a um espaço de comunicação, cujas especificidades suficientemente implicam nos efeitos enunciativos.

Em plataformas de serviços de comércio eletrônico, o consumidor, ao pesquisar um determinado produto, tem em retorno uma listagem de anúncios organizados por critérios que o auxiliam/influenciam em sua compra. Na plataforma Mercado Livre, por exemplo, a listagem apresenta diversos anúncios de diferentes anunciantes e o consumidor pode escolher os produtos por relevância, pelo que é mais vendido, pelo menor preço etc. Esses elementos da ecologia digital têm forte implicação na argumentatividade enunciativa e são condicionantes de efeitos performativos que se refletem nas regularidades. Isso, de tal modo, satisfaz o objetivo proposto de abarcarmos o processo discursivo e compreendermos a formação ideológica que se materializa em um discurso sobre o cão de guarda.

Ademais, apesar de um jogo de forças se estabelecer entre as posições de um vendedor e um comprador, tomamos por pressuposto que também é determinante na escolha de uma ou outra placa pelo consumidor uma substituição imediata de locutor para enunciadador. Indo além, conjecturamos que o consumidor, ao apropriar-se do produto informativo, assume a função-autor do discurso materializado em um enunciado que não produziu (ORLANDI, 2013). Assim, é possível analisar a placa de advertência à venda deslocando o jogo de posições sujeito para a relação entre o proprietário ou residente do espaço físico em que uma placa é afixada e um potencial invasor.

2. O cão de guarda

Segundo hipóteses arqueológicas sobre o surgimento do cão doméstico, a relação entre o homo sapiens e o lobo selvagem situa-se na Europa entre 40 e 20 mil anos atrás, quando as comunidades humanas ainda eram de coletores-caçadores nômades. Estabeleceu-se em tal contexto uma relação de mútua recompensa. Enquanto

os lobos viviam em torno dos agrupamentos humanos para se alimentarem de restos deixados, tais comunidades perceberam que a convivência com esses lobos em proximidade afastava outros tipos de predadores e outros animais indesejados. Conforme essa hipótese, com o passar do tempo, tal cooperação acentuou-se, de modo que os lobos passaram a cooperar também na caça, além da alimentação e proteção. Com o desenvolvimento da agricultura e a sedentarização dos agrupamentos humanos, os lobos domesticados adaptaram-se para a guarda de território e, posteriormente, quando da domesticação de bovinos e caprinos, adaptaram-se para a guarda de rebanhos. Em consonância com essa hipótese, o registro arqueológico mais antigo da relação entre seres humanos e o cão domesticado data de 14 mil anos, na região de Bonn-Oberkassel na Alemanha (HIRST, 2021), onde foram encontrados vestígios de um cemitério em que foram enterrados juntos um cão e um ser humano. Esse registro evidencia não apenas a coexistência, mas também já uma relação afetiva ou ritualística com a espécie.

É certo que apesar da relação afetiva, as formas de relacionamento do ser humano com o cão domesticado são variadas conforme o contexto cultural. Assim como ainda hoje existem culturas onde é natural a cinofagia, a relação do cão doméstico com os seres humanos estabeleceu-se desde a guarda indireta de território até o ritual religioso. Quando pensamos a respeito do cão de guarda, os indícios arqueológicos apontam que o uso do *Canis* para guarda de território precede sua domesticação.

D'Andreia, em pesquisa na qual investiga o papel do cachorro na religião e na vida cotidiana da sociedade fenícia entre 900 e 200 anos antes de Cristo, identifica diversas funções do cachorro, como caça, alimentação, limpeza de ambientes pela alimentação de restos, guarda de propriedade e de pessoas, uso em rituais fúnebres, transporte de carga, pastoreio de rebanhos e companhia. Além disso, observa o autor que a imagem do cachorro servia a metáforas comportamentais e de valorização moral, pois se por um lado a amizade e a fidelidade eram qualidades apreciadas, por outro a antropofagia, a necrofagia, a copulação desmedida, e a coprofagia davam-lhe a alcunha de animal sem restrições.

Franco (2003), em estudo no qual analisa nos poemas homéricos a presença dos animais na sociedades gregas, identifica que dentre todos os animais colaboradores o cachorro era a espécie mais presente na vida do homem e da mulher, exercendo diversas funções, desde a caça a fazer sala para visitas. A autora acentua a relação afetiva e moral ao descrever o reencontro de Odisseu com seu cão de estimação, Argo. O velho

cão abandonado, deitado entre o esterco e cheio de carrapatos, é símbolo da degradação causada pela ausência de Odisseu. Naquele momento, ao rever Odisseu, o cão balançou a cauda e, sem forças para ir ao seu encontro, apenas abaixou as orelhas. Odisseu deitou uma lágrima e Argo faleceu. Depois de 20 anos em guarda e espera, o cão finalmente sabia que tudo estava bem. Essa passagem simboliza para os gregos o valor da fidelidade canina, colocada em contraste, pelo discurso de Eumeu, com a negligência dos servos humanos quando falta a autoridade do senhor.

Desde a antiguidade, observa-se que a fidelidade ao mestre (ou dono ou tutor ou amigo ou pai, conforme a posição discursiva ocupada) é uma das características mais importantes e apreciadas na relação entre humanos e cães. Da antiguidade também nos advém outra característica, ainda mais apreciada quando se trata especificamente do cão de guarda. Nos mitos de Hércules e Orfeu, Cérbero dá forma ao mais feroz e habilidoso guardião. Na peça *Hércules Furioso de Sêneca* (MARCHIORI, 2008), escrita nos meados do século I, encontra-se uma precisa descrição:

[...] surge a casa do avaro Plutão: aqui, amedronta as sombras o selvagem cão estígio, que guarda o reino agitando sua trina cabeça com grande som. Cobras lambem sua cabeça suja com sangue corrompido, pelos de víboras se eriçam e uma longa serpente sibila em sua cauda retorcida. Sua ira é semelhante à sua forma: tão logo sente o movimento de pés, ergue as cabeleiras hirtas, com a serpente agitada e com a orelha levantada capta o som enviado, habituado a sentir até as sombras (MARCHIORI, 2008, p. 79).

O cão que guarda os portões do reino de Hades e impede que almas fujam, para fazer jus ao tenebroso submundo que deve guardar, há de ser o mais aterrorizante dos cães. É descomunal, tem três cabeças, a cauda é uma longa serpente e outras serpentes nascem em seu dorso, descansa com os olhos abertos e vigia com olhos fechados, seu latido apavora até mesmo as sombras e nem mesmo essas escapam a sua percepção. Destaca-se, na descrição de Sêneca, a relação direta de semelhança entre a forma e a ira. De fato, é essa correlação um dos principais elementos que compõem o imaginário, ainda hoje, da eficiência na função, isto é, do que seja o melhor cão de guarda: o terror provocado pela forma física e pelo comportamento agressivo, pela ira.

Em geral, o terror é a potência desejada. Mais do que o ato, a ameaça do risco de ataque por um cão feroz é o ponto tácito que estabelece o acordo social. Assim é que Cérbero impedia que os vivos ousassem invadir o reino de Hades em busca de riquezas e benefícios, salvo personagens extraordinárias como Hércules, Orfeu, Odisseu, Enéias e Psiquê.

3. O cão de guarda no Brasil: da funcionalidade ao retorno da mitologia

No território brasileiro, o cão doméstico já convivía com os povos originários antes da colonização portuguesa. Estudos arqueológicos encontraram ao sul do Brasil vestígios funerários com ossos de cães domésticos e humanos que datam de cerca de mil anos antes da chegada dos primeiros navegantes europeus (LOPES, 2020).

Contudo, pelo que há de indícios, as raças de cães utilizadas para guarda no período colonial foram trazidas principalmente de Portugal e Espanha, como o cão de gado transmuntano, o cão de castro laboreiro, o rafeiro do Alentejo e o mastim espanhol, todas elas de cães de grande porte. Da mistura dessas raças e em conformidade com o antigo estereótipo de tamanho, força e ferocidade, desenvolveu-se no Brasil uma raça específica chamada de fila brasileiro, a qual permaneceu por muito tempo como a mais popular entre os criadores de cão de guarda, principalmente pelo temperamento dócil com familiares e extremamente aversivo a estranhos. Cogita-se que a difusão da raça por todo o Brasil tenha ocorrido a partir do século XVIII, quando tropeiros de mercadorias e rebanhos utilizavam o fila para sua segurança e criadores de rebanhos o utilizavam no pastoreio, na guarda de fazenda, no enfrentamento e caça de onças (PELTIER, 2016). Na edição do dia 10 de março de 1824 do Diário do Rio de Janeiro, disposto no site da Hemeroteca Digital Brasileira, encontra-se o seguinte anúncio:

18. Quem quizer comprar hum cão de fila, ensinado a guardar huma caza, ou quintal, capaz para viagem, bom pegador de gado, que nada tem de dezubediente a seu dono; procure na rua de S. Pedro N. 29 (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1984 [s.p]).

Assim como ocorreu em outros países até a primeira metade do século XX, raças de cães de trabalho eram difundidas pela sua eficiência em diversas tarefas. No caso do fila brasileiro, a nomeação da raça já indicava uma de suas principais funções: cão de fila significava cão de agarrar, isto é, a capacidade de prender-se pela mordida a uma presa e ignorar qualquer retaliação, inclusive ferimentos letais. Se na zona rural essa característica era apreciada na caça de onça e outros animais de grande porte, bem como para a condução de gado, nas cidades era desejada na captura de ladrões. Por muito tempo, a raça fora conhecida como cão de fila, boiadeiro, cabeçudo e onceiro, até ser apresentado pela primeira vez em uma exposição oficial de criadores no ano de 1939 em São Paulo. A partir de então a raça passou a ser conhecida como fila nacional e em

1954, após seu registro oficial nas federações de cinofilia com um padrão de raça, passou a ser chamada de fila brasileiro (PELTIER, 2016).

A forma de difusão de raças *vis-à-vis*, pautada nas características funcionais e estéticas, ganhou impulso a partir de 1911, quando iniciaram nos maiores centros urbanos as exposições caninas. Desde essa época, também, começaram a aparecer, nos jornais e revistas, matérias especiais dedicadas à origem e às características das raças. Contudo, essas formas de divulgação foram parcialmente substituídas a partir de 1930, quando as salas de cinema começaram a popularizar a raça pastor alemão (também chamada de pastor da Alsácia), representada nas telas pelo grande astro canino Rin Tin Tin, de *Enquanto Londres dorme* (WHILE LONDON SLEEPS, 1926). Até então, a raça era criada no Brasil quase exclusivamente por imigrantes alemães, mas já na década de 40 multiplicavam-se em jornais de diversas regiões do país os anúncios de venda de filhotes. Se o cinema iniciou uma nova forma de difusão pela representação e fantasia narrativa, substituindo o apreço por determinadas características funcionais, foi a televisão o dispositivo que elevou essa nova forma a uma massificação completa. Enquanto o cinema era restrito aos maiores centros urbanos e a imprensa a uma pequena parcela letrada da população, já na década de 1960 as narrativas televisivas produziam, reproduziam e faziam circular os novos mitos da época.

Em 1962, estreou no Brasil uma série nacional com a narrativa de um policial rodoviário que enfrentava o crime junto com seu cão pastor alemão chamado Lobo (O VIGILANTE RODOVIÁRIO, 1962). A série fez bastante sucesso na época e contribuiu para popularizar as super-habilidades da raça. Também no mesmo ano estreou na televisão brasileira a, até então, mais bem sucedida série da tv norte-americana, *As aventuras de Rin Tin Tin* (THE ADVENTURES OF RIN TIN TIN, 1954). Ambientada no velho oeste, narra a história de um garoto que, junto com seu cão, passa a viver em um forte, após perder sua família em um ataque de Apaches e ser salvo pela companhia de cavalaria. O garoto se torna cabo do forte e vive diversas aventuras junto com a patrulha de cavalaria, enfrentando os Apaches e bandidos. O personagem principal é um cão da raça pastor alemão, descendente do primeiro Rin Tin Tin, que, com suas habilidades, inteligência e lealdade, sempre intervém nos momentos mais críticos para ajudar e salvar a vida de seus companheiros humanos.

Rin Tin Tin não apenas se tornou um mito, mas também mitificou a raça, como se ela fosse dotada de uma vontade inata para o bem e para o heroísmo. Com indicação livre, a série preenchia a programação infantil, assim o brinquedo de montagem e

simulação de batalha com miniaturas Forte Apache se tornou um dos mais populares da década. E tal como o brinquedo já integrava a rede de consumo forjada na cultura de massa, a frequência de anúncios de vendas de filhotes da raça revelava um comércio expansivo e lucrativo.

Nas décadas seguintes, a popularização de raças pela comunicação de massa no Brasil iria observar um fenômeno inverso ao que ocorreu com o pastor alemão. O caráter heroico atribuído à raça deixa de ser o fator mais atrativo para um cão de guarda e novamente o terror se torna o elemento indutor predominante. Na década de 1970, popularizou-se o gênero de filmes de terror e suspense com cães assassinos. A raça dobermann foi escolhida para protagonizar cães treinados para matar, cães modificados em laboratório e até mesmo cães demoníacos. *Os dobermanns atacam* (TRAPPED, 1973) foi um dos destaques. Já nos anos 80, foi a vez da raça rottweiler protagonizar o terror. Em 1976, foi lançado o filme *A profecia* (THE OMEN, 1976), o qual iria se tornar um dos maiores sucessos do gênero terror religioso. Na narrativa, um menino, supostamente filho do diabo, é protegido por uma matilha de Rottweilers. Dentre os mitos criados em torno do filme, soube-se que durante as gravações dois cães atacaram seus treinadores, ferindo um e matando o outro.

Histórias como essas e mesmo as narrativas ficcionais impregnaram o imaginário a respeito de algumas raças de cães de guarda. Muitos acidentes com cães ferozes passaram a ser associados a essas narrativas e o tratamento espetacularizado dado às informações por muitos programas televisivos de notícia e entretenimento contribuíram para massificar medos e mitos e despertar interesse pelas raças. Assim, nos anos 80 houve grande difusão das raças dobermann e fila brasileiro no Brasil, tanto por notícias trágicas quanto, principalmente, pela espetacularização de sua possibilidade. O mesmo ocorreu nos anos 90 com o rottweiler e nos anos 2000 com o pit bull. Sobre o dobermann, proliferaram crendices como: a raça ter sido criada em laboratório por nazistas; a raça ter um crânio pequeno que comprimia o cérebro e o deixava louco; que dobermanns atacavam e comiam seus donos por terem um problema de olfato. Alguns desses mitos foram herdados depois pelo rottweiler e pelo pit bull, além de surgirem crenças como essas raças terem uma agressividade inata, serem especialmente agressivas com crianças, o pit bull marcar uma pessoa, ser capaz de travar a mandíbula em uma mordida, entre outras.

4. A placa de advertência cão bravo

No Brasil não há ainda uma lei federal que trate das responsabilidades para a criação de cães considerados perigosos, ficando esse tema na competência dos estados e municípios. Na cidade de São Paulo, por exemplo, desde 1990 há uma lei específica, *Lei Nº 10.876*, de 20 de julho de 1990 (SÃO PAULO, 1990), que dispõe sobre a colocação de placas visíveis nas residências que tenham animais ferozes. Contudo, as placas de aviso de cão bravo costumam ser anexadas mesmo em municípios e estados onde não há regulamentação que obrigue. Estabelece-se socialmente um acordo tácito em que o aviso isenta o proprietário de um acidente consumado ao mesmo tempo em que previne o risco de um invasor potencial. Ademais, não é raro encontrar residências com a placa de aviso mesmo quando não há nenhum cão. De fato, o uso da placa de advertência se tornou também uma estratégia para afugentar invasores potenciais.

Seja por obrigatoriedade, acordo tácito ou estratégia, a placa de advertência de cão bravo, ao passo que expõe uma informação e injunge no interlocutor um determinado comportamento, não funciona apenas como um sinal de significado único, mas materializa um discurso sobre o cão de guarda, o qual é posto em funcionamento por meio de memórias, contradições, paráfrases e deslizamentos metafóricos que o remetem ao seu exterior constitutivo.

Embora não exista uma norma técnica nacional para a produção dessa placa específica de advertência, algumas leis municipais, como a da cidade de São Paulo, prescrevem sobre a visualidade da informação e a indicação da raça do animal. No estado de Minas Gerais, a *Lei nº 16.301*, de 7 de agosto de 2006, em seu art. 5º, torna obrigatório “afixar, de forma visível, à entrada do imóvel onde é mantido o cão, placa de advertência que informe a raça, a periculosidade e o número do registro do animal” (MINAS GERAIS, 2006, [s.p]). Assim, as leis de grandes metrópoles e, principalmente, as estaduais vão estabelecendo elementos comuns que mais ou menos padronizam a textualização.

Em consonância com o exposto anteriormente sobre a popularização de algumas raças de cão de guarda no Brasil, as raças mais frequentes nos anúncios de placas prontas são rottweiler, pit bull, pastor alemão, dobermann e fila brasileiro; outras raças de cão de guarda como dogo, cane corso, boxer e presa canário aparecem raramente e outras tantas de pequeno porte aparecem em paródias.

Essa regularidade, procuramos demonstrar com o tópico anterior, não é simples reflexo do fato de que as raças mais frequentes tenham maior população, mas efeito de

um discurso sobre o cão de guarda no Brasil que constitui a identificação do sujeito desse discurso com determinadas raças. Vimos que, nas bases materiais desse discurso, o centro axiológico modificou-se de uma época para outra, passando da função produtiva com exaltação das qualidades físicas do cão para o heroísmo com exaltação do caráter e, depois, para o terror com exaltação/espetacularização da tragédia.

Na relação com seu exterior constitutivo, no entanto, a história de tal discurso não terminou nos anos 90, pelo contrário, a partir de então acentuou-se sua relação contraditória com discursos sobre segurança, direitos e liberdade. Em especial, o confronto de ideias a respeito do direito do indivíduo sobre sua propriedade, liberdade de escolha, garantia de sua própria segurança onde o estado falha, garantia da segurança pública, dever de cautela, cuidados e maus tratos com animais etc. As contradições constitutivas também se textualizam nas placas de advertência.

Como elementos mais comuns da textualização ou, podemos dizer, do gênero do discurso, as placas apresentam faixas ou círculos em vermelho, um sintagma verbal de advertência (os mais comuns são ‘cuidado com o cão’ e ‘cuidado cão bravo’), uma imagem de cão identificando uma raça ou o nome dela; muitas placas ainda apresentam a imagem e o nome da raça juntos.

Como já referimos, nas plataformas de serviços de comércio eletrônico, o consumidor, ao pesquisar um determinado produto, tem em retorno uma listagem de anúncios organizados por critérios que o auxiliam/influenciam em sua compra, os quais implicam fortemente na argumentatividade enunciativa como condicionantes de efeitos performativos no jogo de forças das formações imaginárias. Assim, na plataforma Mercado Livre, ao buscar o produto placa de advertência cão bravo, a placa anunciada como produto mais vendido na data em que a pesquisa foi realizada apresenta um rottweiler, conforme a Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Rottweiler.



Fonte: MERCADO LIVRE, [s.d].

Além dos elementos comuns, da raça do cão em destaque e do fato de tal placa ser a mais vendida, é relevante considerar nesse enunciado a polissemia instaurada onde

uma citação é referenciada. Abaixo do nome da raça, tem-se a seguinte inscrição: 'Lei: 10876 de: 20/07/1990'. Nesta placa, a referência delimita a forma e os sentidos à lei municipal de São Paulo que prescreve o conteúdo informativo e sua disposição nas placas de advertência sobre animais perigosos (SÃO PAULO, 1990). Porém, no caso específico, não é possível afirmar que a referência seja explícita, nem mesmo para o indivíduo que enuncia quanto mais para o interlocutor. É mais presumível que em geral o transeunte e um potencial invasor desconheçam a existência de tal lei. De fato, conforme informações do vendedor na plataforma, a empresa localiza-se no interior do estado e o produto, além de ser anunciado nacionalmente, não possui em sua descrição nenhuma informação adicional sobre a referência a tal lei e sua especificidade/validade municipal. Outro indício desse desconhecimento é que, tanto na descrição quanto em respostas a dúvidas de clientes, informa-se que o produto é padronizado, sem possibilidade de alteração. O que motivaria então essa referência? É impossível responder pelo arte-finalista que criou o enunciado, mas dois elementos permitem levantar hipóteses: a) um é a forma composicional que tipifica o gênero discursivo e o faz ser reconhecido pelo interlocutor, a possibilidade de um elemento temático ter sido compreendido como elemento formal; b) outro é o valor persuasivo, a argumentatividade que se realiza na referência a uma lei, o que em muitos gêneros funciona como chancela do Estado como elemento temático. Fato é que inúmeros anúncios de empresas diferentes apresentam a mesma inscrição em forma idêntica.

A forma da referência, como inscrição final ou chancela ou assinatura, e sua tematização, sem especificações de competência e disposição da referida lei, abrem margens para sentidos diversos. Mesmo a datação tem um sentido ambíguo e contraditório, pois embora especifica no tempo como registro de veracidade, inespecifica o que de fato é disposto porque indica necessariamente que a numeração é datada e que, portanto, a lei é dada a quem quiser saber. O efeito injuntivo do enunciado tem aí uma sobrevalorização muito específica para o interlocutor: presume-se que quem enuncia uma lei a conheça; a lei é dada a conhecer, tem um número e uma data que confirmam sua existência; se o interlocutor não sabe sequer como procurar o que diz uma lei, então ele é duplamente afetado pela sua referência como sujeito excluído do saber objetivo e como sujeito subjetivado pela punição.

Supondo que a primeira referência a essa lei em uma placa contextualizada ideacionalmente no tempo e espaço informava unicamente que a mesma estava em acordo com as prescrições da lei municipal, a apreensão e reprodução desse enunciado

como um todo genérico, extrapolando seu auditório imediato de circulação, alça a lei de sua função pragmática específica e imediata para a função abstrata da lei universal e atemporal: o peso sobre direitos e deveres. Assim, ignorando o âmbito de abrangência dessa lei, o enunciado altera também a sua ação retórica. A lei real deixa de dizer sobre como fazer e afixar uma placa restritamente à cidade de São Paulo para imaginariamente dizer sobre o direito de ter um cão de guarda, de escolher uma raça específica, sobre a liberdade de decidir como proteger-se, sobre as consequências trágicas de uma invasão serem asseguradas sem ônus ao proprietário etc. Seriam múltiplas as possibilidades de sentido considerando a ação retórica da referência a uma lei sobre o pensamento ‘fora da lei’.

Outra placa que selecionamos para análise, porque a princípio nos parecia ser muito inusitada e igualmente motivou o presente estudo, também é encontrada na listagem de anunciantes da plataforma Mercado Livre. Trata-se de uma placa com a imagem de uma arma de fogo onde estaria a imagem de um cão. No mesmo anúncio são apresentadas duas placas com imagens diferentes, como pode ser observado na Figura 2.

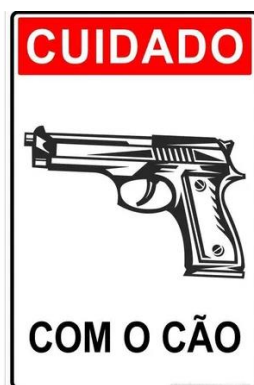
Figura 2 – Arma.



Fonte: MERCADO LIVRE, [s.d]e.

Além desse anúncio, mais outro anúncio de placa semelhante, mas de vendedor diferente, aparece na aba de produtos relacionados.

Figura 3 – Arma.



Fonte: PLACA CUIDADO, [s.d]b.

Ainda em pesquisa específica sobre a placa com o sintagma “cuidado com o cão” e a imagem de arma, encontramos no site das Lojas Americanas um anúncio semelhante, indício de que esse tipo de placa com o enunciado que veicula esteja ficando ou já seja popular.

Figura 4 – arma



Fonte: AMERICANAS, [s.d].

Em princípio, pensamos se tratar de uma formulação nova do mesmo discurso, isto é, de uma metáfora recobrando a paráfrase. Pensamos se tratar de um deslizamento do sentido de cão de guarda para arma, sendo substituído pela imagem de uma arma de fogo. Mas logo descobrimos que a palavra cão também designa uma peça da arma de fogo que impacta a espoleta e provoca o disparo, como é indicado na imagem da Figura 4, em que a peça está circulada e identificada por uma seta. Então, em termos enunciativos, tem-se um duplo processo metonímico em que a parte substitui o todo e o instrumento substitui o agente, de modo que se estabelece um processo polissêmico para a palavra cão e que possibilita mais de uma inferência para a advertência de cuidado. Para o interlocutor com algum conhecimento sobre armas o termo pode se referir diretamente à peça da arma e a metonímia recobre o sentido; na falta de tal conhecimento é possível inferir que alguém tenha nomeado sua arma de cão ou também, pelo funcionamento metonímico de substituição do instrumento pelo agente, que o proprietário do lugar onde a placa é fixada designe a si mesmo como cão, o que metaforicamente indica uma pessoa de muita ferocidade, atributo do qual algumas pessoas realmente se orgulham quando desejam conquistar respeito pelo medo.

Pela análise enunciativa foi possível identificar que tal enunciado se remete parafrasticamente ao discurso do cão de guarda, mas materializa de fato um discurso armamentista. No entanto, nenhuma dessas possibilidades de sentidos responde a pergunta: por que um enunciado de advertência de cuidado com a arma de fogo circula no espaço discursivo sobre o cão de guarda quando necessariamente materializa outro

discurso? Em outros termos, o que cola as duas coisas? Na tentativa de responder essa questão, procuramos primeiramente compreender o que poderia estabelecer a conexão entre os enunciados distintos e identificamos numa rede parafrástica justamente o que não é dito, ou raramente é enunciado. Por um lado, têm-se enunciados como: cuidado com o cão; cuidado, cão bravo; entrada proibida, propriedade privada; não entre sem autorização; mantenha distância; afaste-se; Atenção, propriedade particular, não entre. Por outro lado, imbricados nessa rede de enunciados, têm-se os valores e as ideias que não são diretamente proferidos: fique longe da minha propriedade; se entrar na minha propriedade sem meu consentimento, qualquer dano que venha a sofrer será consequência de sua escolha; tenho o direito de defender minha vida e meu patrimônio a despeito das consequências; tenho uma arma de fogo e vou usá-la se invadir minha residência; tenho um cão feroz capaz de matar você se invadir minha residência.

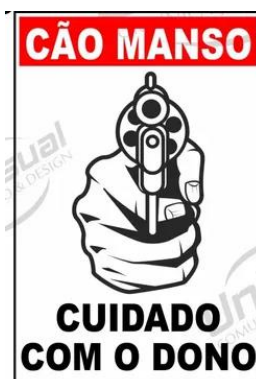
As imagens a seguir apresentam exemplos de enunciações em que tais valores são subentendidos, mas recuperáveis pelo efeito de ironia:

Figura 5 – Pit Bull.



Fonte: MERCADO LIVRE, [s.d]c.

Figura 6 – Arma.



Fonte: MERCADO LIVRE, [s.d]a.

Figura 6 – Pit Bull.



Fonte: EXPANSSIVA, 2023.

Ao passo que essa rede parafrástica se apresenta como ponto de articulação entre os dois discursos sumariamente identificados, esses presumíveis como valores também articulam um discurso sobre a violência ou discursos dos estados de violência. Em estudo no qual analisa o discurso armamentista no Brasil enunciado por parlamentares em plenário do ano 2000 ao ano de 2017, Nabak (2018) observa em curso um processo de necroética em que os discursos legitimam um estado de violência que privatiza os conflitos e produz a dispersão da violência. Além disso, observa também que, antes do Estatuto do Desarmamento entrar em vigor, o foco de tal discurso era a escalada de violência pela falta dos valores espirituais e morais em oposição à segurança das pessoas de bem. Pouco mais de um mês depois do estatuto ser sancionado, o foco passou a ser a falha do Estado na garantia da segurança de seus cidadãos.

Ancorados na falência do estado de segurança, os discursos sobre a violência, sobre o cão de guarda e o armamentista apresentam-se imbricados na convergência de uma rede discursiva que subjetiva a violência e a insegurança, de modo a legitimar a reprodução desigual das condições de viver levada a cabo por uma necropolítica nefasta. Em estudo no qual analisam os pronunciamentos do presidente brasileiro sobre o armamento civil entre 2018 e 2019, Fernandes e Soares (2020) demonstram como tal enunciador agencia sintagmas identificadores como ‘cidadãos de bem’ para naturalizar uma oposição excludente e segregadora entre um nós do bem e os outros do mal. Definidas as identidades, os autores analisam também como o valor da vida é atribuído desigualmente pelo enunciador, de modo a legitimar, amparando-se em valores religiosos de segregação étnica e espiritual, uma política que licencia matar como receita para diminuir a violência.

Considerações finais

Partindo do objetivo de analisar as placas de advertência sobre cão bravo e evidenciar um discurso sobre o cão de guarda no Brasil que constitui a identificação do sujeito desse discurso com uma ou outra raça, uma vez que isso se destaca como

elemento relevante para quem enuncia ter um cão de guarda, compreendemos diferentes efeitos de sentido produzidos a partir de contradições, memórias, paráfrases e metáforas que colocam o discurso sobre o cão de guarda em relação com o exterior que o constitui.

Compreendemos que alguns sentidos sobre o cão de guarda remontam à antiguidade, demonstrando que a escolha por uma certa raça compreende mais ou menos a identificação da mesma a certo critérios, como a lealdade e a capacidade de provocar o terror, determinados por um imaginário do que seja o cão de guarda mais eficiente. Nesse sentido, também pudemos compreender que o centro axiológico desse imaginário modificou-se de uma época para outra conforme as transformações das relações produtivas e das formas de comunicação, principalmente com o advento da cultura de massa. O cão de guarda de trabalho rural e urbano, capaz de realizar diversas funções produtivas foi substituído pelo cão de guarda policial ou herói, amigo das crianças e dos indefesos, intuitivo e inteligente, com uma disposição inata para fazer o bem; mais tarde, Cérbero voltou à ordem do dia, e o cão de guarda novamente deveria ser aquele capaz de atrocidades, capaz de amedrontar em ausência, pela simples lembrança de sua presença.

Sobre a placa de advertência com cão bravo, observamos que, enquanto gênero do discurso, tanto apresenta elementos comuns de cores e formulações como também elementos padronizados por regulações em contextos específicos municipais ou estaduais que passaram a integrar a composição do gênero, sendo inclusive reproduzidos fora do contexto interlocucional específico. Em nossa análise, observamos também que os enunciados veiculados pelas placas de advertência não somente materializam um discurso sobre o cão de guarda no Brasil, mas o colocam em relação com uma rede discursiva que diz sobre a violência e a insegurança como consequência da falência do estado de segurança. Essa rede discursiva interpela os indivíduos em um sujeito cidadão de bem com direito de matar em legítima defesa da vida e de seu patrimônio. Na constituição desse sujeito, o discurso sobre o cão de guarda converge com o discurso armamentista da sociedade civil, de modo que em parte se compreende a preferência, na contemporaneidade, pelas raças de cães potencialmente mais perigosas. Nesse movimento discursivo, a placa de advertência sobre cão bravo não necessariamente se delimita pela categoria funcional de avisos de segurança, pelo contrário, faz dizer sobre uma sociedade de insegurança.

Referências

AMERICANAS. Busca: cuidado com o cão. *Lojas Americanas*, [s.d.]. Disponível em: < <https://www.americanas.com.br/busca/placa-cuidado-com-o-cao> >. Acesso em: 15 set. 2022.

BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

D'ANDREA, B. Le chien dans la religion et dans la vie quotidienne des communautés phéniciennes et puniques de la Méditerranée occidentale. *Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité*, 130-1, 2018. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/mefra/4811> >. Acesso em: 13 out. 2022.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. *Vendas*, 10 de março de 1824. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22Quem%20quizer%20comprar%20hum%20c%20a3o%20de%20fila,%20ensinado%20a%20guardar%20hum%20caza,%20ou%20quintal,%20capaz%20para%20viagem,%22&pagfis=3906 >. Acesso em 12 fev. 2023.

EXPANSSIVA. Sinalização - Cão Bravo - M6389. Gráfica Expanssiva, 2023. Disponível em: < <https://expanssiva.com.br/modelos/sinalizacao/cao-bravo/M6389> >. Acesso em: 15/09/2022.

FERNANDES, E. A. S.; SOARES, T. B. Discurso da luta contra a violência: o porte de armas e os seus efeitos de sentido. *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, v. 23, edição especial, p. 43-58, 2020.

FRANCO, C. *Senza ritengo: il cane e la donna nell'immaginario della Grecia antica*. Antropologia del mondo antico; 1. Bologna: Il mulino, 2003.

HIRST, K. K. Dog History: How and Why Dogs were Domesticated. *ThoughtCo.*, Feb. 18, 2021. Disponível em: < <http://thoughtco.com/how-and-why-dogs-were-domesticated-170656> >. Acesso em: 13 out. 2022.

LOPES, R. J. *Cão mais antigo achado no Brasil indica domesticação pré-europeus*. Folha de São paulo, Ciência, out. 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/10/domesticacao-de-caes-e-muito-mais-antiga-que-a-de-qualquer-outra-especie-indica-estudo.shtml> >. Acesso em: 12 fev 2023.

MARCHIORI, L. A. B. S. *Hércules furioso de Sêneca: estudo introdutório, tradução e notas*. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

MERCADO LIVRE. Busca: Cuidado Com O Dono Placa De Ps 2mm 30cm X 20cm Cão Segurança. *Mercado Livre* [s.d]a. Disponível em: <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1028034012-cuidado-com-o-dono-placa-de-ps-2mm-30cm-x-20cm-co-seguranca-JM> >. Acesso em: 15/09/2022.

MERCADO LIVRE. Busca: placa cuidado com o cão arma. *Mercado Livre*, [s.d]b. Disponível em: < <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-2757601308-placa-cuidado-com-o-co-arma- JM> >. Acesso em: 15/09/2022.

MERCADO LIVRE. Busca: Placa Cuidado Cão Existe Vida Após Morte Pule Muro 18x23. *Mercado Livre* [s.d]c. Disponível em: < <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1613370285-placa-cuidado-co-existe-vida-apos-morte-pule-muro-18x23- JM> >. Acesso em: 15/09/2022.

MERCADO LIVRE. Busca: placa de advertência cão bravo. *Mercado Livre*, [s.d]d. Disponível em: < <https://lista.mercadolivre.com.br/placa-de-advert%C3%Aancia-c%C3%A3o-bravo> >. Acesso em: 15/09/2022.

MERCADO LIVRE. Busca: placa decorativa Aviso Cuidado Com o Cão Armas Proteção. *Mercado Livre*, [s.d]e. Disponível em: < <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1261151451-placas-decorativas-aviso-cuidado-com-o-co-arms-proteco- JM> >. Acesso em: 15/09/2022

MINAS GERAIS. *Lei nº 16.301*, de 7 de agosto de 2006. Disciplina a criação de cães das raças que especifica e dá outras providências. Minas Gerais, Belo Horizonte, ago. 2003. Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-16301-2006-minas-gerais-disciplina-a-criacao-de-caes-das-racas-que-especifica-e-da-outras-providencias> >. Acesso em: 13 fev. 2023.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

O VIGILANTE RODOVIÁRIO. Direção: Ary Fernandes. Produção: Alfredo Palácios. Brasil: Rede Tupi, 1962.

PASTOR alemão deixou de ser fera; pitbull é a raça da moda. *Folha de Londrina*, 27 mar. 1999. Disponível em: < <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/pastor-alemao-deixou-de-ser-fera-pitbull-e-a-raca-da-moda-137699.html>. >. Acesso em: 15 nov. 2022.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. M. O. (Orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 63-75.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PELTIER, F. Resumo sobre a História do Fila Brasileiro, 2ª. Versão. *CAFIB*, 2016. Disponível em: < http://www.cafibbrasil.com/leitor_not/items/resumo-sobre-a-historia-do-fila-brasileiro.html. >. Acesso em: dez. 2022.

SÃO PAULO. *Lei Municipal Nº 10.876, 20 de julho de 1990*. Dispõe sobre a colocação de placas visíveis nas residências que tenham animais ferozes. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1990. Disponível em: <
<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10876-de-20-de-julho-de-1990>>. Acessado em dezembro de 2022.

THE ADVENTURES OF RIN TIN TIN. United States: Screen Gems Studios, 1954.

THE OMEN. Direção: Richard Donner. Produção: Harvey Bernhard. United States: Twentieth Century Fox, 1976. 1h.51min.

TRAPPED. Direção: Frank De Felitta. Produção: Richard Irving; Gary L. Messenger. Califórnia: Universal Studios, 1973. 1h30min.

WHILE LONDON SLEEPS. Direção: Howard Bretherton. United States: Warner Brothers Studio, 1926. 1h3min.